PROCESSO CEE N°s 295/74, 300/74, 303/74, PARECER CEE N° 539/74
361/74, 337/74, 502/74 Aprovado por deliberação
INTERESSADOS: PAULO SERGIO PEREIRA DE Em 20 / 02 / 74

OLIVEIRA, PEDRO CASAS PEQUE-
NO FILHO, RICHARD ANTONIO GAL-
LINA, SANDRA GALLINA, TARESHI
MATSUBARA, JENIFER CERVIERE,
PEDRO MIKAHIL NETO

ASSUNTO -Matrícula, na escola, de 1º grau, de candidato sem
idade legal.

CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU - Delegação

RELATORA - Conselheira THEREZINHA FRAM

HISTÓRICO: Os responsáveis pelos alunos PAULO SERGIO PEREIRA DE OLIVEIRA, PEDRO CASAS PEQUENO FILHO, RICHARD ANTONIO GALLINA, SANDRA GALLINA, TAMESHI MATSHUBARA, JENIFER CERVIERI e PEDROMIKAHIL NETO dirigem-se a este Conselho, solicitando a regularização de matrícula dos alunos acima mencionados que no ano letivo de 1937 2 cursaram a 2ª, 3ª, 4ª e 6ª séries do ensino de 1º grau, pois foram matriculados "sem a idade legal exigida".

Vejamos os casos:

- 1- PAULO SETGIO PEREIRA A DEOLIVEIRA cursou a 4ª série do 1º grau. no Colégio Rio Branco, na Capital;
- 2- PEDRO CASAS PEQUENO FILHO cursou a 2ª série no externato São José, na Capital;
- 3- RICHARD ANTONIO GALLINA cursou a 4ª série no GESC DR. GUIMARÃES JÚNIOR, em RIBEIRÃO PRETO;
- 4- SANDRA GALLINA cursou a 4ª série no CESG GUIMARÃES JÚNIOR, em RIBEIRÃO PRETO;
- 5- TAKESHI MATSUBARA cursou a 6ª érie do Colégio Estadual "LEONCIO PIMENTEL" em ITABARÁ;
- 6- JANIFER CERVIERJ cursou a 2ª série do Externato ALVORADA na Capital;
- 7- PEDRO MIKAHIL NETO cursou a 3ª série no INSTITUTO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS NA GUANABARA.

Todos os processos estão bem instruídos e contêm todas as informações necessárias ao estudo dos casos: constituem peças dos processos:

- 1-requerimento dos responsáveis;
- 2-histórico escolar;
- 3-avaliação de aproveitamento escolar;
- 4-manifestação dos diretores estabelecimentos de ensino;
- 5-certidão de nascimento;
- 6-material escolar;

APRECIÇÃO: Estes casos têm ocorrido com muita frequência e

temos verificado que alguns deles poderiam ser resolvidos pela direção da escola e pelas Delegacias de ensino.

Traa-se de alunos que, por exemplo, no ano letivo de 1975, estavam freqüentando a 5ª, 6ª e até 8ª série do 1º grau, e que, na verificação da autenticidade da vida escolar, as autoridades de ensino, por uma questão de cautela, têm levantado o problema de que a matrícula na 1ª série do 1º grau não corresponde ao que foi fixado pela deliberação CEE nº 25/71 que estabelece a idade de 7 anos para a matrícula na 1ª série, e somente com autorização expressa deste Conselho pode-se efetuar a matrícula na 1ª série do 1º grau de alunos com idade inferior.

Tanto a Lei 5692/71 quanto a deliberação CEE nº 25/71 falam da idade para o início a escolaridade de 1º grau, vale dizer, para a matrícula na 1ª série, ficando, portanto, superando a questão, por exemplo, da exigência de 11 anos para a matrícula na 5ª série, que prevalecia antes da adoção de nova Lei de Diretrizes e Bases. Esta procura justamente propiciar a continuidade da escolaridade e evitar interrupções e hiatos que tanto prejudicam o desenvolvimento humano e o crescimento educacional.

Portanto, não deve ser considerada como irregular a matrícula do aluno com idade inferior a 7 anos efetuada na 1ª série do 1º grau, anterior à deliberação CEE nº 25/71.

O que permanece como norma para o sistema de ensino de São Paulo é a contida na deliberação CEE nº 25/71 e que entrou em vigor no dia 04 de janeiro de 1972.

Os estabelecimentos de ensino que tem alunos que se -----ou que pretendem se matricular com idade inferior a 7 anos na 1ª série do 1º grau, e partir de deliberação 25/71, devem receber autorização expressa desse Conselho.

Analisado os casos em tela, verificamos, por exemplo, que o aluno TAKESHI MATSUBARA fora matriculado na 1ª série em 1968, com 6 anos de idade.

Levanta-se agora a questão de que o aluno foi matriculado na 5ª série com 10 anos incompletos.

Como já foi dito anteriormente, essa exigência de idade mínima para matricular na 5ª série está superado com a lei 5692/71 e a deliberação CEE nº 27/71 que fixa a idade mínima para a matrícula na 1ª série do 1º grau.

Os documentos apresentados que fundamentam a petição dos protocolados fornecem dados que indicam que todos os alunos tiveram ótimo aproveitamento escolar no ano letivo de 1973, foram promovidos para o ano subsequente, portanto, é de toda conveniência pedagógica, e social que esses alunos possam continuar sua escolaridade.

À vista do exposto, somos de Parecer que o CEE:

- 1- considere regulares as matrículas do ano letivo de 1974 dos seguintes alunos:
PAULO SERGIO PEREIRA DE OLIVEIRA, na 4ª série do 1º grau do Colégio RIO BRANCO, na Capital;
RICHARD ANTONIO GALLINA E SANDRA GALLINA, na 4ª série do 1º grau do CESC DR. GUIMARÃES JÚNIOR, em RIBEIRÃO PRETO
TAKESHI MATSUBARA, 6ª série do Colégio Estadual "Leoncio Pimentel", em Itaberá;
PEDRO MIKAHIL NETO, na 3ª série do Instituto de Pesquisas Educacionais da S. Educação da Guanabara;
- 2- autorize a regularização da matrícula aos seguintes alunos:
PEDRO CASAS PEQUENO FILHO, na 2ª série do 1º grau do Externato SÃO JOSÉ, na Capital;
JENIFER CERVIERI, na 2ª série do Externato ALVORADA.

Cópia deste parecer deve ser anexada a cada processo e uma cópia enrolada à secretaria da Educação para que seja dado conhecimento às autoridades de ensino.

São Paulo, 15 de fevereiro de 1974
Consslheira THEREZINHA FRAM

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU, no uso de sua competência, deferida pela Deliberação de 9 de outubro de 1973, adota como seu Parecer, por deliberação aprovada na sessão hoje realizada, a conclusão do Voto da Conselheiro.

Presentes os nobres Conselheiros: EGAS MONIZ NUNES
ELISIÁRIO RODRIGUES DE SOUSA, ELOY SIO RODRIGUES DA SILVA, JOÃO BAPTISTA SALLES DA SILVA, JOSÉ CONCEIÇÃO PAIXÃO, MARIA DA IMACULADA L. MONTEIRO, THEREZINHA FRAM e MARIA DE LOURDES M. HAIDAR.

Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 1974

a) Conselheira MARIA DE LOURDES M. HAIDAR
Presidente